

## AS CONTRIBUIÇÕES DA LEI 10.639/2003: CAMINHOS PARA A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE POSITIVA NEGRA

**Patrícia Gabrielle Oliveira Rodrigues<sup>1</sup>, Alexon Messias da Rocha<sup>2</sup>, Maria das Graças Oliveira Rodrigues<sup>3</sup>**

<sup>1</sup> UFSM/ Mestrado em Geografia, Av. Roraima nº 1000 – prédio 18- Santa Maria – RS,  
patirodrigues\_85@hotmail.com

<sup>2</sup> UFSM/ Graduação em História, Av. Roraima nº 1000 – prédio 74sala 2111 Santa Maria - RS,  
alexonmessias@gmail.com

<sup>3</sup> UCAM/Pós Graduação em Educação Infantil e Desenvolvimento, Rua Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro,  
517 - Niterói - RJ, [gracaor@gmail.com](mailto:gracaor@gmail.com)

### Resumo

No presente trabalho buscar-se-à observar a relevância da aprovação da Lei 10.639/2003 que torna imperativa a inclusão de História e Cultura Afrobrasileira nos currículos escolares. Analisando como a promulgação da lei reflete positivamente na construção do educando negro. Compreendendo a importância de educar não como a mera transmissão de informações, mas permitir possibilidades na criação do saber. Serão observadas também como a História do Negro ao ser inserida na História do Brasil é implantada no ensino e de que forma essa feição contribui para uma educação voltada para o combate às discriminações e conseqüentemente para o respeito à diversidade.

**Palavras-chave:** educação, cultura, negros, racismo,

**Área do Conhecimento:** Geografia, História e Pedagogia.

### Introdução

A educação é um direito social e um dos procedimentos responsáveis pelo desenvolvimento humano. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a educação escolar está relacionada a um espaço sociocultural e institucional que assume compromisso pela abordagem pedagógica do saber e da cultura. Apesar disso, observa-se que as práticas educativas são discriminatórias quando ora desconsidera ora inferioriza ou deturpa os saberes e fazeres dos negros brasileiros.

Nos meios de comunicação, no dia-a-dia, nos livros didáticos, nos discursos preconceituosos, as mulheres e homens negros ocupam uma posição que é (PRÉ) definida e inferiorizada na maioria dos casos. Se em algum momento este não é posto em posição rebaixada, há uma aproximação destes ao fenótipo branco e ao modo de viver que nega qualquer relação com os saberes afro-brasileiros.

A partir daí, observa-se a luta dos movimentos negros do Brasil em prol de uma sociedade mais justa, onde a escola não seja mais uma instituição reprodutora do racismo e

conseqüentemente das desigualdades. Neste sentido, busca-se a valorização do negro que sempre fora recusado ou estereotipado propondo a apresentação real e positiva da sua contribuição na História e na cultura do país.

Ainda que perante a lei os direitos da população negra estejam assegurados, nos encontramos numa eterna luta para que esta garantia seja real e positiva permitindo que a sociedade brasileira se desligue desta cidadania paralela onde a população branca classe média vive mais de privilégios do que direitos. Enquanto, a realidade da população negra continua com a sua cidadania comprometida em relação ao acesso às infraestruturas básicas e necessárias a uma vida com dignidade (ainda que a abolição tenha ocorrido há muito tempo).

Assim propõe Santos(1999), uma lista de situações onde é possível observar como a mutilação dos negros é intrincada e viva apesar de ser um evento desastroso no que se refere ao valor da própria cidadania ocorre diariamente. O autor lista as oportunidades de emprego, a remuneração inferior, a desigualdade das oportunidades sejam estas de ordem social, profissional e econômica.

Esta pesquisa encontra-se alicerçada na metodologia da pesquisa-ação visto que este é um método que agrega muitas técnicas de pesquisa social com as quais é possível constituir uma composição coletiva e ativa. Neste sentido, ela solicita o envolvimento das pessoas que tem relação com a pesquisa. De acordo com Oliveira (1981) é uma metodologia que o gera conhecimento da consciência e a competência de ação transformadora do grupo trabalhado.

Segundo Gamboa (1982), busca ultrapassar a separação entre conhecimento e ação buscando o exercício de conhecer para agir. Já Thiollent (1986) assegura que a pesquisa-ação é uma estratégia metodológica da pesquisa social onde há grande e observável influência mútua entre o pesquisador e os envolvidos na conjuntura em pesquisa.

Essa metodologia oferece ainda alguns aspectos assinalados por Hall (1981) que, por sua vez, alega que a informação retorna a população de onde a mesma veio, tornando seu acesso possível. Assim, neste trabalho apresentam-se aspectos práticos de concepção e organização que podem não ser sequenciais tendo flexibilidade em seu programa.

## Resultados

Ainda que a pesquisa esteja em andamento é possível observar a importância do educador que por sua vez deve usar elocução e o discurso em seu exercício e a partir do momento em que possui consciência da seriedade destes será capaz de ampliar um trabalho válido, interessante e mais vivo com os seus aprendizes. Compreender o processo de identidade negro é ao mesmo tempo trazer para os nossos dias a discussão de uma identidade negada, branquiada e violentada apesar de sua força.

Não é justo, pois, ignorar a origem do educando e as suas dificuldades sendo um grande risco o abandono escolar e também a falta de estímulo para aprender o que aumenta os números de desistência e de formações com agravantes estruturais. Ao ser um direito de todos precisa respeitar – a todos. Apesar disso, se mantém como fonte reprodutora das desigualdades acirrando cada vez mais as desigualdades e o preconceito que ao mesmo tempo em que se esconde por trás das diferenças sociais, se reproduz e intensifica.

Recusando o conceito de evasão assim como Freire (1991) uma vez que esta não é uma alternativa justa entre optar pelo estudo ou não e sim um reflexo da atual conjuntura. Para o autor as crianças pobres brasileiras não abandonam a

escola porque assim desejam, mas são expulsas da mesma, por uma estrutura da própria sociedade que impõe obstáculos dentro e fora do ambiente escolar.

Neste sentido educar não é transmitir conhecimentos, mas criar possibilidades para a produção do saber. Não é uma ação que dispensa outras, contudo que trabalha em conjunto e ordena outros fatores como método, onde o educador orientado por este saber precisa fortalecer a competência crítica do educando dando-lhe assistência.

Por tudo isso, é possível afirmar que é fundamental o respeito da escola no que se refere aos métodos populares de saber ainda que estes se mostrem fora dos padrões científicos, mas que levam ao mesmo resultado O conhecimento que se produz social e historicamente, tem “historicidade”. Não há conhecimento novo, que segundo Freire (1991), ao ser “produzido se apresenta” isento de vir a ser superado. Não se trata, pois, ao fazer valer os conteúdos relacionados à realidade de descartar os livros. Todavia estes últimos sozinhos não dão conta das diversas realidades o que o torna insuficiente. Mais que isso, lecionar determina consideração aos saberes do educando que devem ter a sua realidade, a então “realidade concreta” integrada ao conteúdo da disciplina o que permite a familiaridade entre os saberes.

## Discussão

As escolas brasileiras têm atualmente amparo legal e são por lei encarregadas de trabalhar com a temática da cultura Africana. A Lei 10.639, assinada em janeiro de 2003 pelo presidente da república é uma alteração na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para ingresso da história e da cultura afro-brasileira nos currículos das escolas da educação básica, do ensino superior e das escolas privadas. No que se refere a uma educação (ANTI) racista, uma vez que colabora com a valorização da população negra no Brasil e consequentemente colabora no processo de ensino-aprendizagem do educando negro.

A introdução de temáticas referentes à lei está em outras palavras, relacionada à necessidade de desfazer a construção da história tradicional de composição da sociedade brasileira. É possível observar, porém que a lei não provoca uma transformação nas práticas historicamente racista. Neste sentido, o foco errado apresentado por professores pode fortalecer ainda mais essas práticas negativas.

Assim afirma Cury (2002) que o perímetro legal pode ter dois significados, indicando, pois limites e possibilidades uma vez que tem grande

impacto no cotidiano ainda que muitas pessoas não tenham consciência de tais efeitos e dos possíveis reflexos. Ao explicar seu raciocínio assegura: “As Leis acendem uma luz importante, mas elas não são todas as luzes. O importante é que um ponto luminoso ajuda a seguir o caminho” (CURY, 2002, p.8).

Ainda que o conceito de identidade não seja simples ou único, ressalta-se esta concepção de acordo com Munanga (2003) que a propõe como uma definição de si e a definição dos outros. Para o autor, ambas tem funções conhecidas como, por exemplo, a de defesa, proteção contra opositores externos e manipulações ideológicas.

Não podemos assim compreender a edificação da identidade que se encontra em constante mudança como um trabalho ingênuo. Especialmente ao observar o quão difícil é para uma criança negra se afirmar como tal admitindo sua identidade. Tudo isso porque observa e constrói um pensamento a partir da sua realidade onde não encontra exemplos positivos negros. Deste modo, os acontecimentos cotidianos em sala podem fazer com que essas crianças neguem sua origem adotando-se como brancas.

Sobre o uso dos livros didáticos Silva (1995) indica a forma estereotipada e negativa como os negros são apresentados. Um fator negativo se compreendermos que o livro, na maioria das vezes, é o único material utilizado por professores e muitas vezes o único consultado por alunos seja para a leitura, pesquisa. Quanto à origem dos negros é comum observar nos livros a história da África a partir da chegada dos colonizadores, como se o continente tivesse surgido para proporcionar mão-de-obra escrava e não tivesse História antes deste fato.

Além disso, são desvalorizados os saberes e a diversidade o que impõe um olhar distorcido como se todo o continente africano fosse homogêneo e se limitasse a um país. Outro fator relevante é a mistificação encontrada quanto à passividade apresentada onde é possível observar que o fato de referir-se aos chamados escravos pelo livro didático e professores como “africanos escravizados” ajudaria a desconstruir a naturalização negro=africano=escravo (MATTOS, 2003 p.134).

Tendo em vista a informação de que há séculos se instala e investe-se sobre a sociedade de ascendência e visão europeia, ressalta-se em contraposição um enorme vazio entre a obrigatoriedade da Lei e sua implementação. Pereira e Gomes (2001) alegam que o simples impedimento desta forma de discriminação não lança resultados satisfatórios à medida que esta comete total abstração de dois pontos essenciais, o feitiço cultural e o psicológico que comete ao

exercício discriminatório a entrada no imaginário coletivo: “... ora tornando-se banais, e, portanto indignas de atenção salvo por aqueles que dela são vítimas.” (p.20).

Tal lacuna ainda paira em diversas conjunturas da educação brasileira; há tempos este assunto é tratado por profissionais da educação, porém de forma lenta e com pouca repercussão. Embora especialistas no assunto já tenham um amplo material de pesquisa, o tema ainda é tabu para uns e desconhecido para outros. O que preocupa é a indiferença de alguns profissionais que sabem a seriedade do conceito citado para a formação integral do indivíduo, que não se justifica pela falta de pesquisas bibliográficas e nem pelo medo de guerra entre raças.

Tudo isso porque quando se educa com consciência, confia-se no desenvolvimento integral que permeia todo o desenvolvimento numa expectativa para a cidadania. Com isso, a sociedade brasileira terá em sua base estrutural pessoas cientes de que a diversidade e igualdade deverão caminhar em par.

### Conclusão

Ensinar demanda pensamento crítico, visto que a curiosidade leva a inquietação que reflete na investigação que, por sua vez, ensina a discernir, visando estabelecer por meio da moralidade e estética a formação ética do indivíduo. Para tudo isso é preciso questionar o que se ensina, não permitindo que a discriminação empeça a formação de novos diálogos e sem olvidar que conceituar precocemente impede o exercício da democracia.

Deve-se ter como responsabilidade essencial que o educador por ser um formador de pensadores, pode entusiasmar a favor de mudanças na forma de tratamento aos próprios educadores. A estes cabe a tarefa de entender que ninguém possui o saber absoluto e que este é diário, permanente. Consciente da sua falta de acabamento, o ser humano fica ciente dos vários impedimentos e limitações a cruzar e que estes não são infinitos.

É permitir observar mulheres e homens negros como parte essencial para a construção de um país ainda que isso seja a todo tempo negado sem deixar de perceber que o racismo à brasileira não permite perceber, na maioria das vezes, que está em todo o lugar formando não apenas essa negação como estigmatizando a condição de escravo e a marca no corpo de ser considerado um artefato como máquina de trabalho, talvez a maior atrocidade da história por permanecer até os dias atuais se forma silenciosa, mas destruidora.

A construção da identidade está intimamente relacionada a construções do discurso e da narração a preceitos de caricaturas onde se tem antes de qualquer coisa a intenção, reprodução e efeitos das relações de poder. A cultura desempenha, na observação individual e até mesmo coletiva, a função essencial para demarcar as várias personalidades, modelos de comportamento e símbolos convenientes de cada grupo.

Ainda que o termo “multiculturalismo cultural” descreva a existência de diversas culturas num mesmo lugar, cidade e até mesmo país, sem que haja desvalorização de alguma ou predomínio de outra, a pedagogia tem a tratado como um convite indefinido, inconstante à tolerância e principalmente ao respeito com a heterogeneidade e diverso. Ter a oportunidade de conhecer a sua real história é antes de tudo saber o seu próprio valor.

Não se trata de desconsiderar o que é ensinado, mas de entender a importância da contribuição africana no país e a formação da cultura afro-brasileira. Compreendendo que o país de passado escravocrata ainda se mantém num processo racista, ou melhor, branco/elitista/sexista, forte e atuante em todos os lugares da sociedade e a escola a reproduz no discurso do educador em sala de aula, nos livros e didáticos e no próprio acesso a mesma. O que torna a escola um lugar tão pouco convidativo, nada aberto à discussão e principalmente privativo.

Entretanto se for possível conhecer a existência de outras culturas o indivíduo pode não somente analisar como respeitar- o outro e a sua também. Neste sentido poderá através da construção identitária defender, dar valor e divulgar a sua cultura sem que terceiros faça isso por ele. A forma como se edifica a identidade é ao mesmo tempo uma dificuldade pedagógica visto que é infalível o encontro do outro em sala de aula e no ambiente escolar como um todo. Por toda sua complexidade que este não deve ser deixado para segundo plano, à medida que pode transformar-se em conflitos, desrespeito até mesmo violência seja esta física ou simbólica. O outro não deve ser tratado com desigualdade como é feito por todos esses anos afinal esta palavra tão utilizada nada tem a ver com a diferença.

A Lei 10.639 tem grande valor para a educação brasileira; à proporção que torna possível que as escolas abram um trabalho mais enraizado sobre a história e a cultura afro-brasileira, e a real participação dos negros na construção do Brasil. História esta que é mais que a contribuição musical distorcida, pelo processo de branqueamento e pela apropriação de uma

sociedade machista e dividida em classes. Uma história que possibilite falar dos homens e mulheres pretos como agentes transformadores, como um povo de luta e tradição forte que a mantém apesar de tudo até os dias atuais, deixando aberto um ambiente para falar do negro no contexto social, literário, político e econômico.

### Referências

-BARBOSA GOMES, Joaquim B. *Ação Afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade*. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2001.

-BRASIL. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Ministério da Educação e Cultura/ Secretaria da educação Continuada, Alfabetização e Diversidade Brasília: MEC/SECAD, 2006.

-CAVALLEIRO, Eliane. Introdução. In: **BRASIL. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Ministério da Educação e Cultura/Secretaria da educação Continuada, Alfabetização e Diversidade Brasília: MEC/SECAD, 2006.

-CURY, Carlos Roberto Jamil. Legislação educacional brasileira. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. *Educação como prática da liberdade*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

-GAMBOA, Silvio A. S. Análise epistemológica dos métodos na pesquisa educacional: um estudo sobre as dissertações de mestrado em educação da UnB 1982. 180f. (Mestrado em Educação) Brasília: Faculdade de Educação UnB, 1982.

-HALL, Budd. L. Participatory research, popular knowledge and power e personal reflection. In: *Convergence*, XIV no 3, 1981.

-MATTOS, Hebe Maria. O Ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil. IN: M Abreu & R. Soihet. **Ensino de História: Conceitos temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Cassa da Palavra/FAPERJ. p.127-136. , 2003

-MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional Versus Identidade Negra*. Petrópolis: Ed.Vozes, 1999

-\_\_\_\_\_ Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. 3º Seminário de Relações Raciais no Brasil – Cadernos PENESB. Niterói: EdUFF, 2003

-OLIVEIRA, Rosiska D. e OLIVEIRA, Miguel D. Pesquisa social e ação educativa. In. Carlos Rodrigues Brandão, (org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981

-PEREIRA, Edmilson de Almeida; Gomes, Núbia Pereira de Magalhães. Ardis da imagem: exclusão étnica e violência nos discursos da cultura brasileira. Editora PUC Minas: Belo Horizonte, 2001.

-SANTOS, Gislene Aparecida. Mulher negra, homem branco. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

-SILVA, Ana Célia da. A discriminação do negro no livro didático. Salvador: CEAO, CED, 1995.

-SILVA, Claudilene Maria da. A questão étnico-racial na sala de aula: a percepção das professoras negras. In: OLIVEIRA, Iolanda et al (orgs.) **Negro e educação** 4: linguagens, resistências e políticas públicas. São Paulo: Ação Educativa, ANPED, 2007, p.153-170.

-THIOLLENT, Michel J. M. Crítica metodológica; investigação social e enquete operária. 2 a ed. São Paulo: Polis Ltda, 1980.

-\_\_\_\_\_. Metodologia da pesquisa-ação na instituição educativa. São Paulo: Cortez Editora. 1985.

-\_\_\_\_\_. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 1998.

**XVINIC**

Encontro Latino Americano  
de Iniciação Científica

**XI EPG**

Encontro Latino Americano  
de Pós Graduação

**VINIC Jr**

Encontro Latino Americano  
de Iniciação Científica Júnior